

# A Missão dos EUA

A declaração do presidente dos Estados Unidos, George Bush, reconhecendo que seu país tem boa parcela de responsabilidade na procura de soluções para a crise da dívida externa do Terceiro Mundo, parecem inaugurar nova fase na discussão do endividamento externo. E o Brasil deve se preparar para tirar o melhor proveito nas futuras reuniões sobre o tema, em especial no diálogo direto com o governo americano, uma vez que os EUA são o principal parceiro econômico do Brasil.

Elas significam radical mudança na postura dos Estados Unidos em relação à crise da dívida externa. Até então, o governo americano tratava a questão como problema bancário comercial, a ser negociado com os bancos credores e a interveniência do Fundo Monetário Internacional como avalista.

Ao admitir a responsabilidade política americana, George Bush avança bastante e converge para a posição defendida por alguns dos negociadores da dívida brasileira desde a eclosão da crise de 1982: o principal motivo da falência do processo de endividamento externo brasileiro foi a alta brutal, no final dos anos 70, das taxas flutuantes de juros internacionais que regulavam os contratos; e essa alta dos juros foi fruto do descompasso entre a política fiscal, frouxa, e a política monetária, fortemente restritiva, nos EUA até 1982.

O Brasil se lançou em massa aos empréstimos externos, a partir do governo Geisel, como parte da estratégia de financiar o déficit do balanço de pagamentos resultante do primeiro choque do petróleo, de 1973. Os projetos financiados visavam a substituir consumo de petróleo (hidrelétricas) e importações de bens manufaturados (aço, petroquímica, papel e celulose, metais não-ferrosos, fertilizantes, etc).

Fora alguns projetos mal realizados, como o Programa Nuclear, a Ferrovia do Aço e a Açominas, os planos financiados deram resultado e produziram as receitas em dólares nas exportações ou na economia de importações que se esperava. A prova têm sido os expressivos superávits comerciais, como os US\$ 19 bilhões do ano passado.

A alta dos juros internacionais — que passaram da taxa histórica de 6%, do início dos anos 60 até a

crise do petróleo, para 21% ao ano, em meados de 1980 — no entanto, afetou bastante o processo de endividamento brasileiro. Projetos estatais de longo prazo, como Itaipu, tinham por base juros médios de 10% ao ano, perfeitamente suportáveis. Quando as taxas bateram na faixa dos 18% a 20%, todo o cronograma financeiro deste e de vários projetos estatais foi comprometido.

Internamente, o resultado foi o acréscimo do déficit público causado pelo aumento do peso financeiro; externamente, o país passou a se endividar para pagar juros, uma vez que o choque dos juros, combinado com o segundo choque do petróleo, de 1979, afetou dramaticamente a relação de troca do comércio exterior, deprimindo o preço das exportações brasileiras e encarecendo a pauta de importações.

Não se minimizem os erros cometidos internamente pela administração da economia brasileira. A decisão de encolher o Estado, cortar seus gastos e atacar os focos de inflação competia e compete apenas aos brasileiros. Mas a alta internacional dos juros fabricada pelos Estados Unidos, como reflexo dos gastos com programas de defesa, acabou atingindo como uma bomba devastadora os países endividados.

Agora que as relações americano-soviéticas caminham para um saudável entendimento, cabe aos Estados Unidos, como principal nação responsável pelo sistema capitalista, reparar os estragos nos países devedores. O Brasil, por exemplo, há uma década não cresce o suficiente para oferecer emprego aos dois milhões e meio de novos brasileiros que acorrem ao mercado de trabalho.

O novo *status político* da questão da dívida, no entanto, não deve levar o Brasil a formar um cartel político com outros países devedores. O processo de endividamento brasileiro não se compara aos demais, pois a essência dos recursos foi aplicada no desenvolvimento. A economia brasileira também tem outros interesses. O Brasil precisa saber tirar partido da condição de um dos maiores devedores do mundo e principal parceiro comercial dos Estados Unidos entre os companheiros de infortúnio da crise do endividamento.